



LUPATECH S.A.
CNPJ/MF nº 89.463.822/0001-12

Relatório da Administração

Senhores(as) Acionistas:

A Administração da Lupatech S.A. ("Companhia") apresenta o Relatório da Administração e as Informações Consolidadas da Companhia referentes ao trimestre encerrado em 31 de dezembro de 2025 (4T25) e ao ano de 2025, preparadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil e com o IFRS - *International Financial Reporting Standards*, estabelecido pelo IASB - *International Accounting Standards Board*. Recomendamos a leitura deste material em conjunto com as Notas Explicativas às Informações Anuais Consolidadas.

PERFIL DA COMPANHIA E DESCRIÇÃO DOS NEGÓCIOS

A Lupatech S.A. é uma Companhia brasileira de produtos de alto valor agregado com foco no setor de petróleo e gás, atua na manufatura (segmento de Produtos) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos para ancoragem de plataformas de petróleo; artefatos de materiais compostos, principalmente postes de energia e tubos para revestimento de tubulações petrolíferas.

MENSAGEM DA ADMINISTRAÇÃO AOS ACIONISTAS E AGENTES DO MERCADO DE CAPITAIS

A Cia. iniciou o ano de 2024 com uma situação de liquidez favorável, proporcionada pelo caso San Antonio. No curso do ano o nível de receitas elevou-se substancialmente, expandindo 43% frente ao ano anterior. A maior liquidez permitiu acelerar entregas de encomendas e crescer linhas de negócio subsidiárias. O EBITDA Ajustado de 2024 atingiu pela primeira vez em muitos anos um patamar equilibrado, evidenciando o potencial de sustentabilidade operacional pela disponibilização adequada de liquidez.

À época era previsto que a sustentação, e até mesmo a elevação do nível de vendas, dependeriam da capacidade de aportar capital de giro no negócio. Esse aporte dependeria da capacidade da empresa de, principalmente: (i) obter capital, (ii) obter liquidez pela desmobilização de ativos ou recuperação de créditos, (iii) ampliar linhas de crédito, ou, (iv) reduzir o serviço do seu endividamento.

Em decorrência do Brasil aberto, o monitoramento iniciado ao fim de 2024, a companhia passou a enfrentar restrições de financiamento especialmente para as encomendas com prazo de entrega mais longo. O prolongamento desse contexto ao longo de 2025 limitou materialmente a capacidade da companhia de manter o capital de giro necessário à sustentação das operações. Seguiu-se uma súbita contração das receitas operacionais, com a correspondente queda da rentabilidade.

De um patamar de receita líquida de R\$ 123 milhões em 2024, houve queda para R\$ 51 milhões em 2025. O Lucro Bruto caiu de R\$ 26 para 8 milhões. O EBITDA Ajustado que havia finalmente se equilibrado em 2024, voltou a ficar negativo em 2025, fechando em R\$ -19 milhões.

Diante de tal cenário, a Companhia iniciou tratativas para renegociação do seu endividamento, inicialmente para perseguir um ajuste estrutural em relação ao passivo de recuperação judicial ofertado em 2015, como também, em razão da crise que se instalou, organizar a dívida posterior.

A crise prolongada do setor petrolífero e mudanças estruturais no mercado de construção offshore reduziram de forma relevante a demanda para produtos da empresa. A FJL de 2015 deixou um passivo desproporcional ao faturamento que a Companhia conseguiu efetivamente almejar. Daí a necessidade de um ajuste estrutural e definitivo, tendo em conta sobretudo os elevados juros que voltaram a prevalecer no país, incompatíveis com a saúde da atividade manufatureira.

Em março de 2026 a Companhia ajuizou um pedido de tutela cautelar antecedente a pedido de recuperação extrajudicial ou judicial. Em seguida deu publicidade a um plano de recuperação extrajudicial ofertado aos seus credores, abarcando em seu escopo créditos trabalhistas e quirográficos. Em síntese, a empresa propõe aos credores trabalhistas o parcelamento de débitos e aos credores quirográficos a quitação dos passivos com o pagamento de 10% do saldo em dinheiro e 90% em capital por meio da entrega de bônus de subscrição.

Os lucros serão originados de eventos de liquidez no prazo de um ano da homologação judicial do acordo. Em paralelo ao esforço para obtenção do endividamento, o perseguido também o equilíbrio das contas e o financiamento do capital de giro. Com esse duplo propósito, foi contratado o desinvestimento do negócio de cabos de ancoragem, com a venda dos seus ativos em fevereiro de 2026, por US\$ 9,5 milhões, a prazo. Os recursos irão compor o fluxo de caixa da Companhia, abarcando o capital de giro e demais obrigações.

Balancos Patrimoniais Individuais e Consolidados em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais)					
Ativo Circulante	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Caixa e equivalentes de caixa	5	249	1.829	384	3.515
Contas a receber de clientes	6	12.008	31.531	13.950	35.427
Estoques	7	19.567	25.055	20.620	26.390
Impostos a recuperar	8	5.382	20.324	22.627	31.017
Adiantamento a fornecedores		335	797	504	314
Outras contas a receber	9	21.436	892	23.452	4.675
Despesas antecipadas		183	435	187	569
Empresas ligadas	16.1	176	213	-	-
Ativos classificados como mantidos para venda	10	300	1.057	154.703	53.442
Total do ativo circulante		59.636	82.133	236.427	156.539
Não Circulante					
Aplicações financeiras	5	234	-	234	-
Depósitos judiciais	20.1	2.121	1.420	4.013	4.299
Titulos e valores mobiliários	5	-	44	-	44
Impostos a recuperar	8	3.845	3.482	13.236	3.482
Imposto de renda e contribuição social diferidos	18	62.424	64.526	68.212	68.253
Empresas ligadas	16.1	1.319	1.479	-	-
Outras contas a receber	9	15.881	33.341	18.559	33.646
Investimentos					
Investimentos em controladas e coligadas	11.1	305.602	314.683	-	-
Propriedade para investimento	11.2	-	-	19.685	19.685
Imobilizado	12	15.861	17.293	36.627	139.831
Intangível					
Ágio na aquisição de investimentos	13	61.479	61.479	82.166	82.166
Outros intangíveis	13	698	761	942	1.032
Total do ativo não circulante		469.464	498.508	243.674	352.256
Total do Ativo		529.100	580.641	480.101	508.795

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Demonstrações Individuais e Consolidadas das Mutações do Patrimônio Líquido para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais)						
Saldos em 31 de Dezembro de 2023	Capital social	Reservas de capital, opções outorgadas e acumulados	Prejuízos de conversão	Ajustes acumulados de conversão	Total da participação dos acionistas da Companhia	Total do patrimônio líquido
	Aumento de capital	1.920.820	144.754	(1.980.690)	74.679	159.563
Prejuízo do período	1.519	-	-	-	1.519	1.519
Varição cambial sobre investimentos no exterior	-	-	(31.772)	-	(31.772)	(31.772)
Saldos em 31 de Dezembro de 2024	1.922.339	144.754	(2.012.462)	83.749	138.380	138.380
Aumento de capital	5.329	-	-	-	5.329	5.329
Prejuízo do período	-	-	(60.176)	-	(60.176)	(60,176)
Varição cambial sobre investimentos no exterior	-	-	-	(9,063)	(9,063)	(9,063)
Saldos em 31 de Dezembro de 2025	1.927.668	144.754	(2.072.638)	74.686	74.470	74.470

As notas explicativas são parte integrante das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Contidas no Formulário de Demonstrações Padronizadas - DFP Referentes aos Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Informações gerais: A Lupatech S.A. ("Companhia") e suas controladas e associadas (conjuntamente o "Grupo") é uma sociedade anônima com sede em Nova Odessa, Estado São Paulo, com ações negociadas na bolsa de valores de São Paulo ("B3" LUPA3). O Grupo, atua na manufatura (**segmento de Produtos**), produzindo principalmente: válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos de fibras sintéticas para ancoragem de plataformas de petróleo e diversas outras aplicações; e artefatos de materiais compostos, tais como postes e camisas tubulares para revestimento de tubulações petrolíferas. A Companhia opera, até 2017, no negócio de serviços petrolíferos (**segmento de Serviços**), do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado. Tais ativos estão classificados como ativos mantidos para venda. **1.1 Continuidade operacional:** Em 31 de dezembro de 2025, a Companhia incurreu em prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 58.075 na controladora e R\$ 60.037 no consolidado (prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social de R\$ 41.142 na controladora e R\$ 42.907 no consolidado no mesmo período de 2024). Na mesma data, o total do passivo circulante da Companhia excedeu o ativo circulante em R\$ 98.683 na controladora, (no mesmo período de 2024, o total do passivo circulante excedeu o total de ativo circulante em R\$ 25.675 na controladora. A Administração monitora constantemente as necessidades de recursos da Companhia, visando avaliar riscos à continuidade normal dos negócios e ações a serem tomadas neste contexto. Para tanto, a Administração elabora projeções financeiras e operacionais, de modo a nortear as ações cabíveis e possíveis. Considerando o momento atual da Companhia, a Administração tem considerado em seu escopo as seguintes ações: (i) venda e recuperação de ativos; (ii) reorganização do endividamento; (iii) reorganização do parque industrial; (iv) realização de transações tributárias; e (v) aumento de capital. Nos cenários desenvolvidos pela Administração, as estimativas indicam a necessidade de uma ou mais dentre as ações elencadas, bem como outras que possam surgir, com vista à obtenção de recursos financeiros para obter os níveis necessários de capital de giro para o adequado suporte às operações, bem como para a readequação do endividamento. A Administração tem conduzido tratativas com diversas contrapartes visando a implementação das respectivas medidas. A Companhia se encontra em processo de reestruturação econômico-financeira, com vistas à preservação de sua atividade empresarial, manutenção de empregos e atendimento contínuo de suas obrigações e, para tanto, pretende renegociar seu endividamento por meio de plano de recuperação extrajudicial, conforme Minuta de Plano de Recuperação Extrajudicial arquivada junto a CVJM em 02 de abril de 2026: <https://www.rad.com.br/EFIT/TrmExtrajudicial/Extrajudicial.aspx?NumeroProtocolo=Entrega=1500337>. **2. Base de preparação: 2.1 Declaração de conformidade:** As demonstrações contábeis financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP). A Administração da Companhia, afirma que todas as informações relevantes próprias das informações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e que correspondem às utilizadas por ela na sua gestão. A emissão das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, foram autorizadas pelo Conselho de Administração em 29 de abril de 2026. **2.2 Moeda funcional e moeda de apresentação:** Estas demonstrações contábeis, individuais e consolidadas estão apresentadas em Real (R\$), que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma. **2.3 Base de mensuração:** As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelo seu valor justo. **2.4 Base de consolidação e investimentos em controladas: Empresas controladas:** As informações financeiras de empresas controladas são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial, sendo incluídas nas informações contábeis financeiras consolidadas a partir da data em que o Grupo obteve o controle até a data em que o controle deixa de existir. As demonstrações contábeis consolidadas incluem as informações contábeis da Lupatech S.A. e de suas controladas diretas e indiretas, conforme demonstrado a seguir:

Empresas controladas diretas e indiretas	Participação direta e indireta (%)	
	31/12/2025	31/12/2024
Participações diretas		
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - (Brasil)	100,00	100,00
UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo S.A. - (Brasil)	100,00	100,00
Lupatech Finance Limited - (Ilhas Cayman)	100,00	100,00
Recu S.A. - (Argentina)	95,00	95,00
Lochness Participações S.A. - (Brasil)	100,00	100,00
Ilo Administradora de Bens e Direitos Ltda. - (Brasil)	100,00	100,00
LPT Ropes Ltda. - (Brasil)	100,00	100,00
MNA Válvulas Ltda. - (Brasil) *	100,00	-
Participações indiretas		
Recu S.A. - (Argentina)	5,00	5,00
UPC Perfuração e Completação S.A. - (Brasil)	100,00	100,00
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. - (Brasil)	100,00	100,00
Prest Perfurações Ltda. - (Brasil)	100,00	100,00
Clavil II Administração de Bens e Direitos SPE S.A. - (Brasil)	100,00	100,00

* Empresa constituída em 28 de fevereiro de 2025. **3. Práticas contábeis materiais:** O resumo das principais políticas contábeis adotadas pelo Grupo é como segue: **3.1 Instrumentos Financeiros:** A categoria depende da finalidade para a qual os ativos e passivos financeiros foram adquiridos ou contratados e é determinada no reconhecimento inicial dos instrumentos financeiros. A Companhia classifica ativos e passivos financeiros em derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao custo amortizado. **3.1.1 Ativos e passivos financeiros não derivativos - reconhecimento e desreconhecimento:** A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos na data da negociação quando a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual substancialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Qualquer participação que seja criada ou retida pela Companhia em tais ativos financeiros transferidos, é reconhecida como um ativo ou passivo separado. A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é extinta, cancelada ou expirada. Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, e somente quando, a Companhia tenha atualmente um direito legalmente executável de compensar os valores e tenha a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.1.2 Ativos e passivos financeiros não derivativos - mensuração: Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado:** Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação ou designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorrido, são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo, incluindo ganhos com juros e dividendos são reconhecidos no resultado do exercício. **Ativos financeiros mantidos até o vencimento:** Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos. **Caixa e**

Em meio à reestruturação, a carteira de pedidos e contratos com obrigação de compra ("*Order Backlog*") da Companhia no Brasil somou R\$ 49,7 milhões, mantendo-se no nível do trimestre anterior. Adicionalmente, em março de 2026 foi agregado ao backlog um contrato para serviços de reparo de válvulas junto à Petrobras no montante de R\$ 68 milhões.

Rafael Gorenstein

Diretor Presidente e de Relações com Investidores

DESEMPENHO OPERACIONAL

O Grupo Lupatech, atua na manufatura (segmento de Produtos) produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos de fibras sintéticas para ancoragem de plataformas de petróleo e diversas outras aplicações; artefatos de materiais compostos, principalmente postes de energia e tubos para revestimento de tubulações petrolíferas.

A Companhia opera no negócio de serviços petrolíferos (segmento de Serviços), do qual remanescem ativos diversos em processo de desmobilização, bem como legado a ele associado.

RECEITA LÍQUIDA

No 4T25, a receita líquida total consolidada alcançou R\$ 6,6 milhões. O recuo observado no comparativo com o 3T25, é decorrente ao adiamento da aquisição de insumos em razão do cenário macroeconômico desafiador. O mesmo ocorre no comparativo de 2025 com 2024.

Serviços: As transações efetuadas neste segmento são decorrentes da liquidação de saldos de estoques e outras atividades relacionadas a plantas que foram desmobilizadas, não referindo-se as operações ordinárias.

CARTEIRA DE PEDIDOS

No 4T de dezembro de 2025, a carteira de pedidos e contratos com obrigação de compra ("*Order Backlog*") da Companhia no Brasil somou R\$ 49,7 milhões. Na mesma data, a Companhia possuía um saldo em contratos de fornecimento, sem obrigação de compra de R\$ 25 milhões. (Obs.: as cifras não incluem licitações vencidas para as quais ainda não tenham sido emitidos os respectivos pedidos ou contratos).

LUCRO BRUTO E MARGEM BRUTA

O lucro bruto do 4T25 atingiu R\$ 1,4 milhões. No comparativo com o 3T25 apesar do recuo das vendas, foram realizadas com margens ligeiramente maiores, fruto de esforços progressivos para atingir melhor rentabilidade. O recuo das margens no comparativo anual, está principalmente associado a receita menor, refletindo diretamente na menor diluição de custos fixos.

Serviços: Os resultados do segmento de serviços são oriundos da venda de estoques remanescentes.

DESPESAS

Despesas com Vendas e Administrativas: No 4T25 a Companhia reconheceu R\$ 5,1 milhões de despesas com vendas, e no ano de 2025 foi R\$ 15,7 milhões. A alta em relação aos períodos comparativos refere-se principalmente a multas com clientes. Já as despesas administrativas, mantiveram-se similares.

Remuneração aos Administradores: O valor apresentado é composto de remunerações fixa e variável. A variação em relação aos períodos anteriores se refere a valores de remuneração variável de exercício anterior, que foram aprovadas somente no curso de 2025.

OUTRAS RECEITAS E (DESPESAS) OPERACIONAIS

No 4T25, foram contabilizados R\$ 7,3 milhões de "Outras Receitas Operacionais" contra R\$ 21,8 milhões de "Outras Despesas Operacionais", totalizando um efeito líquido negativo de R\$ 14,5 milhões. Destacando-se os seguintes fatores:

- I. R\$ 5,5 milhões de despesas com ociosidade de produção;
- II. R\$ 12,1 milhões referente ao efeito líquido negativo por atualizações de processos contingentes de acordo com a análise dos assessores jurídicos e de honorários de êxito;
- III. R\$ 3,1 milhões de efeito líquido positivo na alienação de ativos imobilizados.

RESULTADO FINANCEIRO

O resultado financeiro líquido do 4T25 foi negativo em R\$ 11,9 milhões, e tem como principal efeito a atualização dos juros da dívida concursal. Já o resultado financeiro líquido total tem influência da variação cambial. Relevante lembrar que as variações cambiais são predominantemente resultantes da sua incidência sobre saldos de mútuos entre Companhias do grupo no exterior. A oscilação do câmbio afeta em direção contrária a tradução em Reais do patrimônio dessas entidades, pelo que há contrapartidas das variações cambiais contabilizadas diretamente no patrimônio líquido da empresa, sem transferir por contas de resultado.

EBITDA Ajustado das Atividades: O EBITDA negativo Ajustado de Produtos do 4T25 ante aos períodos comparados, se deve principalmente à diminuição da receita.

O EBITDA Ajustado de Serviços é composto de custos com a gestão do legado.

RESULTADO LÍQUIDO

O resultado líquido negativo obtido no 4T25, é influenciado além das receitas e despesas correntes, pela atualização de juros referente a dívida concursal, atualização de juros sobre empréstimos e o efeito líquido das outras receitas e despesas operacionais.

CAPITAL DE GIRO OPERACIONAL

No comparativo dos saldos em 31 de dezembro de 2025 versus saldo de 31 de dezembro de 2024, há uma redução no capital de giro empregado. Sendo que o ativo reduziu, principalmente, por: (i) consumo de créditos tributários e (ii) contas a receber de clientes em virtude da retração nas vendas; aumentou devido ao acordo dos créditos a receber da CSL em curto prazo. O passivo, por sua vez, aumentou devido a: (i) não pagamento das parcelas da recuperação judicial, (ii) débitos tributários que estão em fase de adesão em novos parcelamentos e (iii) reconhecimento de honorários de êxito.

ENDIVIDAMENTO FINANCEIRO

A redução do endividamento financeiro no comparativo dos saldos em 31 de dezembro de 2025 ante saldos em 31 de dezembro de 2024 está principalmente associada ao pagamento de empréstimos junto a instituições financeiras.

O endividamento de curto prazo é detalhado nas tabelas a seguir, que mostram a composição pelas modalidades e, em seguida, a cobertura de garantias.

Endividamento curto prazo

	2025	2024
BNDES - Alienação Fiduciária de Máquinas	11.167	11.167
Coobrigação sobre Títulos Descontados	2.622	2.622
Capital de Giro (modalidades diversas)	30.900	30.900
Total	44.689	44.689
Cobertura de Garantias - Capital de Giro (modalidades diversas)	-2025	-2024
CDB e Créditos performados	357	357
Outras	30.543	30.543
Total	30.900	30.900

*Recebíveis a performar, FGI, Aval intragrupo. Observar que a dívida de curto prazo corresponde a: (i) coobrigações sobre títulos descontados (R\$ 2,6 milhões), (ii) valores a serem auto-liquidados por recebíveis já informados ou CDBs (R\$ 0,4 mil), e (iii) valores que tem cobertura de garantias fidejussórias ou pendem de performance futura de recebíveis (R\$ 30,5 milhões).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Agradecemos a todos os nossos acionistas, fornecedores, credores, clientes e colaboradores pela parceria e apoio dado à Companhia durante esses tempos desafiadores. Os Auditores Independentes, Crowe Macro Auditoria e Consultoria, que examinam as demonstrações financeiras em 2025 e prestam serviços à Lupatech S.A. relacionados à auditoria das demonstrações financeiras. Estão disponíveis no site www.lupatech.com.br/ri os comentários sobre o desempenho dos negócios da Companhia. Nossa Companhia está vinculada à arbitragem na Câmara de Arbitragem do Mercado, conforme cláusula compromissória constante de nosso Estatuto Social.

Demonstrações Individuais e Consolidadas do Resultado para os Exercícios Fintos em 31 de Dezembro de 2025 e de 2024 (Em milhares de Reais exceto Prejuízo por ação, ou quando indicado)					
Receita Operacional Líquida	Nota explicativa	Controladora	Consolidado		
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	
Custo dos Produtos Vendidos	30	(40.065)	(90.362)	(43.935)	(96.748)
Lucro bruto		8.140	28.881	8.119	26.379
Despesas Operacionais					
Com vendas	30	(14.812)	(12.636)	(15.701)	(12.796)
Gerais e administrativas	30	(16.670)	(16.249)	(20.977)	(20.740)
Remuneração dos administradores	17/30	(6.464)	(3.255)	(6.464)	(3.255)
Resultado de equivalência patrimonial	11.1	(21.729)	(14.949)	-	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	28	(16.215)	47.604	(26.855)	36.931
Lucro (Prejuízo) Operacional antes do Resultado Financeiro		(67.750)	29.396	(61.878)	26.519
Resultado Financeiro					
Receitas financeiras	16/29	31.579	2.838	32.658	3.996
Despesas financeiras	16/29	(43.805)	(37.625)	(53.042)	(45.732)
Varição cambial, líquida	16/29	21.901	(35.751)	22.225	(27.690)
Prejuízo Antes do Imposto de Renda e da Contribuição Social		(58.0			

LUPATECH S.A.
Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Contidas no Formulário de Demonstrações Padronizadas - DFP - Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024
 (Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

qual tenha sido reconhecida uma perda no valor recuperável, apresente aumento e esse aumento possa ser objetivamente relacionado a um evento ocorrido após a perda por redução no valor recuperável ter sido reconhecida, então a perda é revertida e o valor da reversão é reconhecido no resultado. Caso contrário, a reversão é reconhecida em outros resultados abrangentes. **d. Investidas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:** Uma perda por redução do valor recuperável referente a uma investida avaliada pelo método de equivalência patrimonial é mensurada pela comparação do valor recuperável do investimento com o seu valor contábil. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida no resultado e é revertida se houver uma mudança favorável nas estimativas usadas para determinar o valor recuperável. **e. Ativos não financeiros:** Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os estoques e imposto de renda e contribuição social diferidos ativos, são revisados a cada data de apuração para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado. No caso de ativo e ativos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é testado anualmente. Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado. Perdas reconhecidas referentes às Unidades Geradoras de Caixa (UGC) são inicialmente alocadas para redução de qualquer ativo alocado a esta UGC (ou grupo de UGC), e então para redução do valor contábil dos outros ativos da UGC (ou grupo de UGC) de forma *pro rata*. Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ativo não é revertida. Quanto aos outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na extensão em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido averuado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido apresentada. **3.8 Imposto de renda e contribuição social:** O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas aliquotas vigentes, conforme detalhada na nota explicativa nº 18. A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados a combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes. **a. Despesas de imposto de renda e contribuição social - corrente:** A despesa de imposto corrente é o imposto a pagar sobre o lucro do exercício e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores. O montante dos impostos correntes a pagar é reconhecido no balanço patrimonial como passivo fiscal pela melhor estimativa do valor esperado dos impostos a serem pagos que reflete as incertezas relacionadas a sua apuração, caso a perda de valor não tivesse sido apresentada. **b. Despesas de imposto de renda e contribuição social - diferido:** Ativos e passivos fiscais diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. O imposto diferido não é reconhecido para: • diferenças temporárias sobre o reconhecimento inicial de ativos e passivos em uma transação que não seja uma combinação de negócios e que não afete nem o lucro ou prejuízo tributável nem o resultado contábil; • diferenças temporárias relacionadas a investimentos em controladas, coligadas e empreendimento sob controle conjunto, na extensão que a Companhia seja capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e seja provável que a diferença temporária não será revertida em futuro próximo; e • diferenças temporárias decorrentes do reconhecimento do balanço de ativo. Um ativo fiscal diferido é reconhecido em relação aos prejuízos fiscais e diferenças temporárias dedutíveis não utilizados, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estarão disponíveis, contra os quais serão utilizados. Ativos fiscais diferidos são revisados a cada data de balanço e são reduzidos na extensão em que sua realização não seja mais provável. Ativos e passivos fiscais diferidos são mensurados com base nas aliquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando elas forem revertidas, baseando-se nas aliquotas que foram vigentes até a data do balanço. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias decorrentes da maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar seus ativos e passivos. **3.9 Provisões:** Uma provisão é reconhecida em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. Os passivos financeiros incorridos são registrados no resultado. As provisões para riscos tributários, trabalhistas e civis são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido (nota explicativa nº 20). Quando algum ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados que sejam recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável. **3.10 Demais direitos e obrigações:** São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores reconhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos). **3.11 Conversão de saldos em moeda estrangeira: a. Transações e saldos:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data da transação. Os ganhos e perdas resultantes da diferença entre a taxa de câmbio dos saldos ativos e passivos, em moeda estrangeira, no extratramente do exercício e a conversão dos saldos ativos e passivos em moeda reconhecida na demonstração do resultado. A moeda funcional de cada entidade está relacionada abaixo:

Empresas controladas diretas e indiretas	Moeda Funcional	País
Participações diretas		
Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda. - (Brasil)	Reais	Brasil
UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo S.A. - (Brasil)	Reais	Brasil
Lupatech Finance Limited - (Ilhas Cayman)	Dólar Americano	Ilhas Cayman
Recu S.A. - (Argentina)	Peso Argentino	Argentina
Lochness Participações S.A. - (Brasil)	Reais	Brasil
Ilo Administradora de Bens e Direitos Ltda - (Brasil)	Reais	Brasil
LPT Ropes Ltda - (Brasil)	Reais	Brasil
MNA Valves Ltda - (Brasil)	Reais	Brasil
Participações indiretas		
Recu S.A. - (Argentina)	Peso Argentino	Argentina
UPC Perfuração e Completação S.A. - (Brasil)	Reais	Brasil
Sotep Sociedade Técnica de Perfuração S.A. - (Brasil)	Reais	Brasil
Prest Perfurações Ltda. - (Brasil)	Reais	Brasil
Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A. - (Brasil)	Reais	Brasil

b. Empresas do Grupo: Os resultados e a posição financeira de todas as empresas do Grupo utilizadas como base para avaliação dos investimentos avaliadas pelo método de equivalência patrimonial, que têm a moeda funcional diferente da moeda de apresentação, são convertidos para moeda de apresentação conforme abaixo: • Os saldos ativos e passivos são convertidos à taxa de câmbio vigente na data de encerramento do balanço; • As contas de resultado são convertidas pela cotação média mensal do câmbio; • Todas as diferenças resultantes de conversão de taxas de câmbio são reconhecidas no Patrimônio Líquido, na Demonstração dos Resultados Abrangentes, na linha "Ajustes Acumulados de Conversão", subconta do grupo "Ajustes de Avaliação Patrimonial". **3.12 Lucro líquido (prejuízo) por ação:** O lucro líquido (prejuízo) básico por ação é calculado mediante a divisão do lucro (prejuízo) atribuído aos acionistas da Companhia, pela quantidade média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação durante o exercício. O lucro líquido (prejuízo) por ação diluído é calculado ajustando-se a média ponderada da quantidade de ações ordinárias em circulação de todas as ações ordinárias e potenciais que provocariam diluição. **3.13 Investimentos em controladas (Controladora):** Nas demonstrações financeiras da controladora, os investimentos em controladas são avaliados pelo método de equivalência patrimonial e o resultado dessa avaliação tem como contrapartida uma conta de resultado operacional, com exceção das variações cambiais sobre investimentos no exterior, as quais são registradas em conta específica do patrimônio líquido, para serem reconhecidas em receitas e despesas quando da venda ou baixa do investimento. **3.14 Reconhecimento da Receita:** A receita operacional é reconhecida quando a obrigação de desempenho é satisfetida, levando em consideração os seguintes indicadores de transferência de controle do ativo: (i) a entidade possui um direito de pagamento; (ii) o cliente possui a titularidade; (iii) a entidade transferiu a posse física; (iv) o cliente possui os riscos e benefícios significativos; e (v) o cliente assume o risco por desempenho. O relatório por segmentos operacionais é preparado pelo método consistente com o relatório interno fornecido para as tomadas de decisões operacionais. O principal tomador de decisões operacionais, responsável pela alocação de recursos e pela avaliação de desempenho dos segmentos operacionais, é a Diretoria Executiva. As tomadas das decisões estratégicas do Grupo são de responsabilidade do Conselho de Administração. **3.16 Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"):** A Companhia elaborou demonstração do valor adicionado (DVA) individual e consolidada nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, a qual é apresentada como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional. **3.17 Reforma Tributária sobre o consumo:** Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional ("EC") nº 132, que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. O objetivo da Reforma é criar um novo imposto ("IVA dual") em duas competências, uma federal (Contribuição sobre Bens e Serviços - CBS), que substituirá o PIS e a Cofins, e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços - IBS), que substituirá o ICMS e o ISS. Foi também criado um imposto Seletivo ("IS") - de competência federal, que incidirá sobre a produção, exportação, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos de lei complementar. Em 17 de dezembro de 2024, foi concluída a aprovação, pelo Congresso Nacional, do primeiro projeto de lei complementar (PLP) 68/2024, que regulamentou parte da Reforma. O PLP 68/2024 foi sancionado com vetos pelo presidente da República em 16 de janeiro de 2025, tornando-se a Lei Complementar nº 214/2025. Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado, que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto, a qual a Companhia está em conformidade nos procedimentos de emissão de notas fiscais. Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários - antigo e novo - coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025. **3.18 Novas normas, alterações e interpretações:** As alterações de normas e novas normas que entraram em vigor não são aplicáveis ou não tiveram impacto material nestas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, conforme listado abaixo:

Alteração / Aprimoramento	Vigência
CPC 02 (R2) Efeito das mudanças nas taxas de câmbio / IAS 21 O IASB traz esclarecimentos sobre a classificação de ativos financeiros relacionados a ESG e desreconhecimento para liquidação dos passivos e ativos financeiros, além de introduzir requisitos de divulgação adicionais em relação a investimentos em instrumentos de patrimônio designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e instrumentos financeiros com contingentes.	01/01/2025
CPC 48 - Instrumentos Financeiros/ IFRS Financial Instruments 9 e CPC 40 (R1) - Instrumentos Financeiros: Evidenciação/IFRS 7 Estabelece os requisitos gerais para a divulgação de informações relacionadas à sustentabilidade abrangendo os princípios para o reporte de riscos e oportunidades que sejam úteis para os usuários na tomada de decisões.	01/01/2026
IFRS S1 - Divulgação de Informações Financeiras Relacionadas à Sustentabilidade: Estabelece os requisitos gerais para a divulgação de informações relacionadas ao clima, divulgações específicas sobre riscos físicos, riscos de transição e oportunidades climáticas.	01/01/2026
IFRS S2 - Divulgação de Informações Relacionadas ao Clima A adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, uma vez que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento.	01/01/2027
IFRS 18 - Apresentação e divulgação das demonstrações contábeis Com exceção do CPC 51 - Apresentação e Divulgação nas Demonstrações Contábeis (IFRS 18), cuja adoção deverá resultar em alterações relevantes na forma de apresentação da demonstração do resultado, que exige a segregação consistente de receitas e despesas entre atividades operacionais, de investimento e de financiamento, além de introduzir a obrigatoriedade de divulgação de medidas de desempenho definidas pela Administração, acompanhadas de reconciliações ao subtotal IFRS mais comparável, descrição da metodologia de cálculo e justificativa de relevância, a Companhia não espera impactos significativos decorrentes da adoção das demais normas em suas Demonstrações Financeiras. 4. Estimativas e Julgamentos contábeis críticos: Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis da Companhia e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente. As informações sobre a Companhia realizadas na aplicação das políticas contábeis e incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo exercício financeiro estão incluídas nas seguintes notas explicativas: • Nota explicativa 10 - Ativos mantidos para venda. • Nota explicativa 12 - Imobilização; • Nota explicativa 13 - Intangíveis; • Nota explicativa 18 - Impostos de renda e contribuição social; • Nota explicativa 20 - Processos contingentes e depósitos judiciais; De modo a proporcionar um entendimento de como a Companhia forma seus julgamentos sobre eventos futuros, inclusive as variáveis e premissas utilizadas nas estimativas, incluímos comentários referentes a cada prática contábil crítica descrita a seguir: a. Imposto de renda diferido: O montante do imposto de renda diferido ativo é revisado a cada data das demonstrações financeiras e reduzido pelo montante que não seja mais realizável através de estimativa de lucros tributáveis futuros. É calculado usando as aliquotas vigentes ao longo do período de validade, com as seguintes diferenças temporárias deverão ser realizadas: O lucro tributável futuro pode ser maior ou menor que as estimativas consideradas quando da definição da necessidade de registrar, e o montante a ser registrado, do ativo fiscal. Os créditos reconhecidos sobre prejuízos fiscais e bases negativas de contribuição social estão suportados por projeções de resultados tributáveis, com base em estudos técnicos de viabilidade, submetidos anualmente aos órgãos da Administração do Grupo. Estes estudos consideram o histórico de rentabilidade da Companhia e de suas controladas e a perspectiva de manutenção da lucratividade, permitindo uma estimativa de recuperação dos créditos em anos futuros. Os demais créditos, que têm por base diferenças temporárias, principalmente provisão para passivos tributários, bem como sobre provisão para perdas, foram reconhecidos conforme a expectativa de sua realização, levando também em consideração as projeções de resultados tributáveis futuros. b. Vida útil de ativos de longo prazo: A Companhia avalia o impacto da depreciação e/ou amortização de seus ativos de longa duração com base na vida útil estimada, e reflete significativamente a vida econômica de ativos de longa duração. Entretanto, as vidas úteis reais podem variar com base na atualização tecnológica de cada unidade. As vidas úteis de ativos de longa duração também afetam os testes de recuperação do custo dos ativos de longa duração, quando necessário. c. Teste de redução do valor recuperável de ativos de vida longa: Existem regras específicas para avaliar a recuperabilidade dos ativos de vida longa, especialmente imobilizado, ativo e outros ativos intangíveis. Na data de cada demonstração financeira, a Companhia realiza uma análise para determinar se existe evidência de que o montante dos ativos de vida longa não será recuperável. Se tal evidência é identificada, o montante recuperável dos ativos é estimado pela Companhia. O montante recuperável de um ativo é determinado pelo maior entre: (a) o valor contábil líquido do ativo; (b) seu valor em uso. O valor em uso é mensurado com base nos fluxos de caixa descontados (antes dos impostos) derivados pelo contínuo uso de um ativo até o fim de sua vida útil. Não importando se existe ou não algum indicativo de que o valor de um ativo possa não ser recuperado, os saldos de ativo oriundos de combinações de negócios e ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados para fins de mensuração da recuperabilidade pelo menos uma vez ao ano, ou período menor quando existem circunstâncias que requeiram análises por período menor que o anual. Quando o valor residual de um ativo excede seu montante recuperável, a Companhia reconhece uma redução no saldo contábil destes ativos. Se o montante recuperável do ativo não puder ser determinado individualmente, o montante recuperável dos segmentos de negócios para o qual o ativo pertence é analisado. Exceto para uma perda de recuperabilidade do ativo, uma reversão de perda por recuperabilidade de ativos é permitida. A reversão nestas circunstâncias é limitada ao montante do saldo de provisão para perdas de correspondente ativo. A recuperabilidade do ativo é avaliada com base na análise e identificação de fatos e circunstâncias que	

podem resultar na necessidade de se antecipar o teste realizado anualmente. Se algum fato ou circunstância indicar que a recuperabilidade do ativo está afetada, então o teste é antecipado. A Companhia realizou novos testes de recuperabilidade de ativos para todas as suas unidades geradoras de caixa, as quais representam o nível mais baixo no qual o ativo é monitorado pela Administração e é baseado em projeções de expectativas de fluxo de caixa descontados e que levam em consideração as seguintes premissas: custo de capital, taxa de crescimento e ajustes usados para fins de perpetuidade do fluxo de caixa, metodologia para determinação do capital de giro e previsões econômico financeiras de longo prazo. O processo de revisão da recuperabilidade é subjetivo e requer julgamentos significativos através da realização de análises. A avaliação das unidades geradoras de caixa da Companhia, baseada em fluxos de caixa projetados, pode ser negativamente impactada se a recuperação da economia e das taxas de crescimento acontecerem em uma velocidade inferior à prevista, bem como se os planos da Administração para os negócios da Companhia, não se concretizarem como esperado no futuro. As avaliações e teste de recuperabilidade das unidades geradoras de caixa, tem como pressuposto a continuidade operacional da Companhia e suas controladas.

5. Caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras de longo prazo, títulos e valores mobiliários

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Circulante				
Caixa e equivalentes de caixa				
Caixa e bancos - Brasil	249	1.058	370	1.073
Caixa e bancos - Exterior	-	-	14	6
Aplicações Financeiras - CDB	-	771	-	2.436
Total	249	1.829	384	3.515
Não Circulante				
Aplicações Financeiras - CDB	234	-	234	-
Títulos e valores mobiliários	-	44	-	44
Total	234	44	234	44

Os valores de equivalentes de caixa são referentes a aplicações em renda fixa e certificado de depósito bancário, com liquidez imediata exceto quando compõe garantia de obrigações contraídas pela Companhia. Para o período atual, o saldo consolidado vinculado a garantias é de R\$ 234,6. **Contas a receber de clientes:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Mercado nacional	12.820	32.203	14.869	36.127
Mercado externo	53	4	53	70
Total	12.873	32.207	14.922	36.197

Estimativa para perda de créditos de liquidação duvidosa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Total	12.008	31.531	13.950	35.427

O valor do risco de eventuais perdas encontra-se apresentado como Perda Estimada com Créditos de Liquidação Duvidosa ("PECLD"). Tais estimativas são elaboradas tendo em consideração a política de créditos da Companhia, o tempo transcorrido do inadimplemento e a situação específica do crédito ou do cliente. O risco de crédito das contas a receber advm de a possibilidade da Companhia não receber valores decorrentes de operações de vendas. Para atenuar esse risco, a Companhia adota como prática a análise detalhada da situação patrimonial e financeira de seus clientes, estabelecendo um limite de crédito e acompanhando permanente do saldo devedor. A provisão para riscos de crédito foi calculada com base na análise de riscos dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem, as garantias reais para os débitos e a avaliação dos consultores jurídicos, e é considerada suficiente, por parte de sua Administração para cobrir eventuais perdas sobre os valores a receber. A baixa por perda obedec aos parâmetros da legislação tributária e a recuperação refere-se a receita correspondente da recuperação do crédito anteriormente estimado como perda, proveniente do efetivo recebimento.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
A futurar	8.791	16.794	8.791	16.794
A vencer	1.791	11.765	2.282	13.652
Vencidos até 30 dias	410	1.238	619	1.182
Vencidos de 31 a 90 dias	102	1.362	222	1.988
Vencidos de 91 a 180 dias	1.054	69	1.167	479
Vencidos de 181 a 360 dias	29	287	29	444
Vencidos há mais de 360 dias	696	692	1.812	1.658
Total	12.873	32.207	14.922	36.197

O valor "A futurar" representa projetos em execução, reconhecidos conforme cumprimento de cada obrigação de desempenho acordado entre as partes. Como parte de seus meios de financiamento, a Companhia antecipa direitos creditórios com ou sem coobrigação. Quando permanece a coobrigação, permanece uma obrigação correspondente no passivo, conforme apresentado na Nota Explicativa nº 15 sob a rubrica "Títulos descontados com coobrigação". **7. Estoques:**

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Produtos prontos	3.419	11.272	3.645	11.593
Mercediárias para revenda	481	612	481	612
Produtos em elaboração	12.855	11.511	13.491	12.429
Materia-prima e materiais auxiliares *	9.748	9.107	13.011	15.420
Estoques unidades de serviços	-	-	8.492	9.746
Perdas com obsolescência de estoques	(6.936)	(7.447)	(18.500)	(22.870)
Total	19.567	25.055	20.620	26.930

* Para o período atual, o saldo consolidado de estoques vinculados a garantias bancárias é de R\$ 213. As Perdas com Obsolescência de Estoques consistem em estimativas da administração baseadas no giro dos estoques, na carteira de pedidos e na perspectiva de demanda futura para os itens de estoque. Normalmente a perda é provisionada de forma gradativa a partir do 1º ano em desuso. Itens avaliados como obsoletos podem ter seu status alterado caso haja alteração das perspectivas para o seu aproveitamento. Os estoques das unidades de serviços, sem operações desde 2017, estão provisionados como perdas com obsolescência de estoques devido ao seu desuso. Movimento das perdas com estoques:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Saldo inicial do período	(7.447)	(8.291)	(22.870)	(25.315)
Estimativa de perda	(13)	(61)	(13)	(733)
Reversão	524	905	4.383	3.178
Saldo final	(6.936)	(7.447)	(18.500)	(22.870)

11. Investimentos: 11.1 Investimentos em controladas e coligadas:

	Mipel Recu	UEP Finance	Lochness	Ilo	LPT	MNA Valves	Controladora
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2024
Dados dos investimentos							
Quantidade de ações ou cotas							
Ações ordinárias (mil)	- 3.000	-	- 734.613	-	-	-	-
Cotas do capital social (mil)	54.260	- 395.119	50	- 97.765	54.107	17.214	-
Percentual de participação	100%	95%	100%	100%	100%	100%	100%
Patrimônio líquido	504	- 25.014	71.969	26.870	97.602	58.760	17.133
Resultado no período	(5.853)	- (1.949)	(357)	(5.850)	(6)	(81)	-
Lucros não realizados	(283)	-	-	-	-	-	-
Movimentação dos investimentos							
Saldo inicial no período	5.988	- 26.963	105.435	32.874	89.316	54.107	- 314.683
Aumento de capital	-	-	-	-	4.659	17.214	21.873
Resultado de equivalência patrimonial	(5.767)	- (1.949)	(6.699)	(5.850)	(1.377)	(6)	(81)
Ajuste de avaliação patrimonial	-	-	-	(154)	-	-	-
Saldo final no exercício	221	- 25.014	89.665	26.870	87.939	58.760	17.133

As razões sociais das controladas e coligadas são as seguintes: Mipel Comércio e Indústria de Peças Técnicas Ltda.; Recu - S.A.; UEP Equipamentos e Serviços para Petróleo S.A.; Lupatech Finance Limited; Lochness Participações S.A.; Ilo Administradora de Bens e Direitos Ltda.; LPT Ropes Ltda e MNA Valves Ltda. **11.2 Propriedade para Investimento:** Atualmente é constituída de terreno e área construída, localizados em Macaé no Rio de Janeiro, onde não existem atividades operacionais. O imóvel é de titularidade da sociedade Ciaval II Administração de Bens e Direitos SPE S.A., constituída para efetivar a dação em pagamento do imóvel aos credores da Classe I da recuperação judicial do grupo Lupatech, nos termos inciso XVI do Art.50 da Lei 11.101/2005, conforme autorização judicial concedida no âmbito do processo de recuperação judicial. A mensuração da propriedade para investimento é pelo valor justo. Conforme laudo técnico de empresa independente, o valor justo apurado para os imóveis de investimentos é R\$ 19.685.

12. Imobilizado:

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Taxas médias ponderadas de depreciação % ao ano				
Imobilizado				
líquido	3,751	3,751	3,884	19,777
imobilizado líquido	2%	5,144	5,320	15,140
2%	12%	4,737	5,610	8,012
21%	590	684	625	727
6%	69	73	1,252	1,310
13%	539	559	588	629
17%	119	163	169	244
10%	343	432	884	998
25%	53	58	56	61
-	100	100	5.419	5.419
-	426	543	598	745
-	15.861	17.293	36.627	139.831

Síntese de movimentação do imobilizado:

	Controladora		Equipamentos industriais e benfitorias		Equipamentos industriais e benfitorias		Equipamentos industriais e benfitorias		Equipamentos industriais e benfitorias	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Custo do imobilizado bruto										
Saldo em 31 de dezembro de 2024	3.751	8.269	61.941	2.316	3.944	3.982				

★ continuação **LUPATECH S.A.**

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Contidas no Formulário de Demonstrações Padronizadas - DFP - Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024
(Em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

UGCs	Ágio na aquisição de investimento		Impairment		Ágio líquido	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Suporte Produtos						
Valúas Industriais	6.065	-	-	-	6.065	-
Cabos de Ancoragem (Ropes)	125.414	(70.000)	-	-	55.414	-
Compositos (Fiberware)	20.687	-	-	-	20.687	-
Total	152.166	(70.000)	-	-	82.166	-

Durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2025, não foram reconhecidos reversão ou estimativa de perdas pela não recuperabilidade do ágio.

14. Fornecedores:

Fornecedores - créditos concursais	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Nacionais	36.659	44.954	36.659	44.954
Estrangeiros	2.203	10.515	2.903	10.515
(-) AVP	(14.506)	(20.629)	(14.506)	(20.629)
Total	25.056	34.840	25.056	34.840
Circulante	4.133	5.916	4.133	5.916
Não circulante	20.923	28.924	20.923	28.924

15. Empréstimos e financiamentos:

Indexador	Taxas de juros ponderada	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
FIXO 3,00% a.a. + TR		5.980	33.937	39.917	5.980	33.937	39.917	2.990	37.314
(-) Ajuste a valor presente		-	(12.574)	(12.574)	-	(12.574)	(12.574)	-	(15.301)
FIXO 3,3% a.a. + TR		6.377	72.816	79.193	6.377	72.816	79.193	2.953	72.213
(-) Ajuste a valor presente		-	(31.375)	(31.375)	-	(31.375)	(31.375)	-	(33.057)
FIXO 0,4% a.a.		-	-	-	4.657	74.294	78.951	-	-
(-) Ajuste a valor presente		-	-	-	-	(23.223)	(23.223)	-	-
Total		12.357	62.804	75.161	17.014	113.875	130.889	5.943	61.169

Moeda nacional

Indexador	Taxas de juros ponderada	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
Capital de giro/expansão - BNDES*		5.034	-	5.034	8.648	-	8.648	5.034	-
Títulos descontados com coobrigação, cessão fiduciária de recebíveis e créditos com garantia fiduciária		26.308	-	26.308	27.033	-	27.033	27.080	666
Capital de Giro e FGI		6.376	2.570	8.946	6.489	2.570	9.059	10.005	5.874
Total		38.932	2.570	41.504	44.689	2.570	47.259	43.333	6.540

* Os créditos outorgados pelo BNDES são objeto de litígio (Nota 20) que envolve, entre outros, a classificação dos créditos. Os valores indicados no quadro correspondem ao valor total objeto da discussão, e se subdividem em uma parte sujeita à Recuperação Judicial e uma parte não sujeita se limita ao valor dos bens objeto de alienação fiduciária, valor este que somente poderia ser aferido em hasta pública segundo decisão do TJ-SP - segundo laudos de avaliação contratados pela Companhia, os bens têm o valor de R\$ 5.005. Os vencimentos das parcelas não circulantes dos financiamentos sujeitos e não sujeitos à Recuperação Judicial, são detalhados a seguir:

Vencimento	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025	31/12/2025
2027		2.576		8.427
2028		8.053		10.490
2029		6.600		13.180
2030		9.420		14.841
A Partir de 2031		36.725		69.507
Total		65.374		116.445

16. Empresas Ligadas: 16.1 Controladora: Os saldos e as transações entre a Companhia e suas controladas, que são suas partes relacionadas, foram eliminados na consolidação. Os detalhes a respeito das transações entre a controladora e suas controladas estão apresentados a seguir:

	Lochness	MNA Valves	LPT Ropes	Mipel	Controladora Lupatech Finance	UEP Equipamentos	31/12/2025	31/12/2024
Ativo Circulante								
Duplicatas a receber	-	-	-	1	-	-	1	-
Outras contas a receber	163	10	2	-	-	-	175	213
Ativo Não Circulante								
Mútuos e empréstimos	-	-	-	-	1.319	-	1.319	1.479
Total	163	10	2	1	1.319	-	1.495	1.692
Passivo Circulante								
Duplicatas a pagar	-	-	-	954	-	-	954	425
Outras contas a pagar	7.356	-	-	284	1.251	2.684	11.575	12.691
Passivo Não Circulante								
Mútuos e empréstimos	-	-	-	-	145.166	-	145.166	163.057
Total	7.356	-	-	1.238	146.417	2.684	157.695	176.173
Resultado do Período								
Vendas de produtos	-	-	-	3.470	-	-	3.470	9.519
Receitas financeiras	-	-	-	-	5	-	5	-
Despesas financeiras	-	-	-	-	576	-	576	-
Varição cambial	-	-	-	-	18.002	-	18.002	(32.134)
Total	-	-	-	3.470	18.583	-	22.053	(22.615)

	Data transação	Duração	Taxa de juros	Montante envolvido R\$	Saldo existente US\$	31/12/2025	31/12/2024
Mútuos ativos							
Moeda estrangeira							
Contrato 1	jul-14	Indeterminado	105% do DI-Cetip	19.820	240	1.319	1.479
Total				19.820	240	1.319	1.479
Mútuos passivos							
Moeda estrangeira							
Contrato 2	jan-18	Indeterminado	0,4% a.a.	225.416	26.382	145.166	163.057
Total				225.416	26.382	145.166	163.057

As transações são praticadas de acordo com as condições pactuadas entre as partes. **Avais concedidos:** As operações com partes relacionadas não possuem garantias atreladas a operação, reunindo-se as transações comerciais ordinárias (compra e venda de insumos), as quais não estão lastreadas em garantias, assim como operações de mútuos com empresas do Grupo, as quais também não apresentam garantias na sua composição. **17. Pessoas-chave da Administração: Remuneração da Administração:** Anualmente os acionistas reunidos em Assembleia determinam os limites de remuneração para os órgãos da Administração. A remuneração da Administração é composta de uma parte fixa e, no caso da Diretoria contempla também uma parte variável. A tabela a seguir detalha a remuneração dos órgãos da Administração:

Remuneração da Administração	Controladora		Consolidado	
	Fixa	Variável	Fixa	Variável
Diretoria	(1.879)	(3.342)	(5.221)	(1.878)
Conselho de Administração	(1.243)	-	(1.243)	(1.089)
Total	(3.122)	(3.342)	(6.464)	(2.967)

A Companhia não remunera os administradores com a entrega de ações. Outrossim, ela oferece ao pessoal-chave a possibilidade de participação em planos de outorga de opções de compra de ações de sua emissão. Tais planos conferem aos beneficiários o direito, mas não a obrigação, de adquirir ações a preço previamente pactuado em prazos também definidos, mediante o pagamento do preço. Trata-se, portanto, de uma transação mercantil entre as partes. O valor da remuneração variável da diretoria, aprovada pelo Conselho de Administração em abril de 2025, tem como base os resultados alcançados em 2024. **18. Imposto de renda e contribuição social:** A Lupatech S.A. e suas controladas e coligadas possuem saldos de R\$ 871.831 e R\$ 1.095.256 respectivamente, de prejuízos fiscais acumulados perfazendo um total de R\$ 1.967.087 até dezembro de 2025. **a) Imposto de Renda e Contribuição Social diferidos - Ativo:** A Companhia possui prejuízos fiscais passíveis de compensação com lucros tributáveis futuros, tendo sido constituído crédito diferido. Segundo as análises técnicas elaboradas, a Companhia estima a realização dos créditos tributários da forma a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Estimativa de realização - 2026	4.317	4.911
Estimativa de realização - 2027	-	-
Estimativa de realização - 2028	2.254	2.563
Estimativa de realização - 2029	5.680	6.461
Estimativa de realização - 2030	7.431	8.453
A partir de 2031	70.868	80.612
Total	90.550	103.000

A Companhia reconhece impostos de renda e contribuição social diferidos sobre as diferenças temporárias decorrentes de ajustes ao lucro contábil, conforme demonstrado a seguir:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
AVP de fornecedores, multas, empréstimos	(21.414)	(24.078)
Custo Atribuído	-	(1.135)
Outros	(6.712)	(6.712)
Total	(28.126)	(34.788)

Os valores acima compostos são apresentados líquidos no balanço patrimonial, conforme segue:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Créditos Fiscais	90.550	103.000
Diferenças Temporárias	(28.126)	(34.788)
Total	62.424	68.212

b) Conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Prejuízo antes dos impostos	(58.075)	(41.142)
Adição e exclusões		
Equivalência patrimonial	(21.729)	(14.949)
Obscurecimento de estoques	511	(844)
(Reversão) Estimativa de perdas pela não recuperabilidade de ativos	(581)	2.341
(Reversão) Estimativa de perdas para devedores duvidosos	188	(20)
Estimativas para perdas com processos judiciais	(10.370)	5.644
Despesas não dedutíveis	(24)	-
Ajuste a valor presente	(11.195)	-
Provisão de juros sobre fornecedores	(351)	60
Provisão de variações cambial	(21.901)	35.751
Outros	104.037	11.915
Total	(19.490)	(1.244)

IRPJ e CSLL - CSLL correntes

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
IRPJ e CSLL diferidos	(2.101)	9.370
Outras a pagar - Circulante	773	448
Provisão de honorários jurídicos	402	383
Honorários advocatícios	6.683	-
Outras obrigações*	5.488	2.923
Multas Contratuais	5.682	928
Outras contas a pagar	1.188	626
Total	20.216	5.308

Outras a pagar - Não Circulante

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Reclamatórias a pagar	-	1.821
Outras obrigações*	43.258	38.368
Total	43.258	38.368

* Dívidas Concursais. Os vencimentos das parcelas das outras obrigações - Dívidas Concursais alocadas no não circulante estão conforme segue:

Vencimento	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
2027		3.363
2028		4.485
2029		5.460
2030		6.922
A Partir de 2031		23.028
Total		43.258

20. Processos contingentes e depósitos judiciais: 20.1 Depósitos Judiciais: A Companhia apresenta os seguintes saldos de depósitos judiciais, que estão atrelados aos passivos contingentes:

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Contingências tributárias	598	287
Contingências trabalhistas	1.514	1.114
Contingências cíveis	9	19
Total	2.121	1.420

20.2 Provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis: A Companhia discute questões de natureza tributária, trabalhista e civil na esfera judicial. A provisão para riscos tributários, trabalhistas e cíveis foi apurada pela Administração com base em informações disponíveis e suportadas pela opinião de seus advogados quanto à expectativa de desfecho, em montante considerado suficiente para cobrir as perdas consideradas prováveis que venham a ocorrer em função de decisões judiciais desfavoráveis.

	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
Expectativa de perda		
Possível		
Provável		
Tributários (i)	(1,1)	90.238
ICMS		2.526
CSLL	(1,2)	23.220
IRPJ	(1,3)	67.625
IRRF		1.082
PIS/COFINS	(1,4)	-
ISS		10.380

Documento assinado digitalmente conforme MP nº 2.200-2 de 24/08/2001 que institui a Infraestrutura de Chaves Públicas Brasileira - ICP-Brasil



Certificado por Editora Globo SA
04067191000160 Pub: 30/04/2026
A autenticidade deste documento pode ser conferida através do QR Code ou pelo link
<https://publicadefiscal.valor.com.br/valor/2026/04/30/LUPATECH158903390042026.pdf>
Hash: 1777499160941e6fa0634e498a9e220b79cc6b2e5d

Fornecedores	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Nacionais	13.477	9.723	20.090	11.295
Estrangeiros	2.019	2.019	2.019	5.291
Total	15.496	10.246	22.109	11.818
Circulante	15.496	10.246	22.109	11.818
Não circulante	-	-	-	-

Os vencimentos das parcelas não circulantes dos fornecedores estão conforme segue:

Vencimento	Controladora	Consolidado
	31/12/2025	31/12/2025
2027		1.674
2028		2.276
2029		2.770
2030		3.512
A Partir de 2031		10.691
Total		20.923

Indexador	Taxas de juros ponderada	Controladora		Consolidado		Controladora		Consolidado	
		Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante	Circulante	Não circulante
FIXO 3,00% a.a. + TR		5.980	33.937	39.917	5.980	33.937	39.917	2.990	37.314
(-) Ajuste a valor presente		-	(12.574)	(12.574)	-	(12.574)	(12.574)	-	(15.301)
FIXO 3,3% a.a. + TR									

LUPATECH S.A.

Notas Explicativas às Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas, Contidas no Formulário de Demonstrações Padronizadas - DFP - Referentes aos Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 31 de Dezembro de 2024

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
29. Resultado financeiro:				
Itens	Custo Valor Justo	Custo Valor Justo	Custo Valor Justo	Custo Valor Justo
Receitas financeiras				
Rendas de aplicações financeiras			68	130
Atualização monetária			530	2.234
Acordo de recebimento - CSL			10.363	- 10.363
Outras receitas financeiras			20.618	474
Total receitas financeiras			31.579	2.838
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos e financiamentos			(10.832)	(8.908)
Juros sobre empréstimos e financiamentos *			(6.436)	(4.962)
Ajuste a valor presente			(11.195)	(7.541)
Juros sobre fornecedores e outras obrigações *			(9.413)	(3.363)
Multas, juros e atualização monetária			(1.165)	(10.030)
Outras despesas financeiras			(4.764)	(2.821)
Total das despesas financeiras			(42.803)	(32.525)
Variação cambial atival			34.691	11.368
Variação cambial passiva			(12.790)	(47.119)
Variação cambial líquida			21.901	(35.751)
* Dividas Concursuais.				

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
30. (Despesas e Custos) por natureza:				
Itens	Custo Valor Justo	Custo Valor Justo	Custo Valor Justo	Custo Valor Justo
Mão-prima, materiais de uso e consumo, mão de obra e serviços de terceiros			(39.102)	(88.488)
Depreciação e amortização			(1.317)	(2.370)
Outros			354	496
Mão de obra e serviços de terceiros			(4.813)	(5.956)
Depreciação e amortização			(9)	(10)
Demais despesas comerciais			(9.960)	(6.670)
Mão de obra e serviços de terceiros			(12.408)	(110.427)
Depreciação e amortização			(1.986)	(1.94)
Demais despesas administrativas			(4.065)	(4.884)
Remuneração dos administradores			(6.464)	(3.255)
Total			(78.011)	(122.502)
Custo dos produtos vendidos			(40.065)	(90.362)
Despesas comerciais			(11.412)	(10.268)
Despesas gerais e administrativas			(16.670)	(16.249)
Remuneração dos administradores			(6.464)	(3.255)
Total			(78.011)	(122.502)

31. Informações por segmento de negócio e região geográfica: A Companhia definiu os segmentos operacionais do Grupo em: **a) Produtos:** Produzindo principalmente válvulas industriais; válvulas para óleo e gás; cabos de fibras sintéticas para ancoragem de plataformas de petróleo e diversas outras aplicações; e artefatos de materiais compostos, tais como postes e camisas tubulares para revestimento de tubulações petrolíferas. **b) Serviços:** A Companhia prossegue com a desmobilização das atividades através das vendas de equipamentos, bem como legado a ele associado. As receitas que compõem este segmento são decorrentes da liquidação de saldos de estoques, não referindo-se às operações regulares. Geograficamente, a Administração avalia o desempenho dos mercados brasileiros e de exportação. As vendas entre os segmentos foram realizadas como vendas entre partes independentes. Os valores relativos ao total do ativo e dos passivos são consistentes com os saldos registrados nas demonstrações financeiras. Esses ativos ou passivos com base nas operações do segmento e no local físico do ativo. As informações por segmento estão demonstradas abaixo:

	Produtos		Serviços		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Receita líquida de vendas	51.941	122.836	113	291	52.054	123.127
Custo dos produtos vendidos	(43.807)	(96.505)	(128)	(243)	(43.935)	(96.748)
Lucro (Prejuízo) bruto	8.134	26.331	(15)	48	8.119	26.379
Despesas de vendas	(15.701)	(12.796)	-	-	(15.701)	(12.796)
Despesas administrativas	(18.795)	(18.896)	(2.182)	(1.844)	(20.977)	(20.740)
Reversão/Estimativa pela não recuperabilidade de ativos	(4.824)	-	(1.640)	(3.255)	(6.464)	(3.255)
Outras receitas (despesas), líquidas	(581)	2.341	(776)	11.200	(1.357)	13.541
Lucro (Prejuízo) operacional antes do resultado financeiro	(42.674)	35.905	(19.204)	(9.386)	(61.878)	26.519

	Produtos		Serviços		Consolidado	
	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024	31/12/2025	31/12/2024
Ativos identificáveis	197.138	206.077	147.026	166.262	344.164	372.339
Passivos identificáveis	17.797	17.365	207.516	203.078	225.313	220.443

	Class I		Class II		Class III		Class IV		Total
	Fornecedores, Obrigações e Provisões Trabalhistas	Empréstimos e Financiamentos - Moeda Nacional	Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos - Moeda Nacional	Fornecedores, Empréstimos e Financiamentos - Moeda Estrangeira	Fornecedores - Moeda Nacional	Fornecedores - Moeda Estrangeira	Fornecedores - Moeda Nacional	Fornecedores - Moeda Estrangeira	
Saldo Contábil Passivo Concursal	2.268	-	39.917	-	187.556	81.854	8.242	319.837	(32.718)
Ajuste a Valor Presente *	-	-	(12.574)	-	(73.820)	(24.068)	(2.737)	(113.199)	(132.718)
Saldo Contábil Líquido	2.268	-	27.343	-	113.735	57.786	5.506	206.638	203.031
Vencimentos do saldo contábil									
2025		414		2.990		6.774		2.117	644
2026		-		2.990		8.572		2.696	637
2027		-		3.861		10.359		3.269	808
2028		-		4.485		13.802		4.358	936
2029		-		4.485		16.794		5.306	960
2030		-		4.485		21.290		6.727	945
2031		-		4.485		27.200		8.722	945
2032		-		12.136		29.111		9.188	2.367
2033		-		-		58.064		9.184	-
De 2034 em diante		1.854		-		-		31.808	-
Total	2.268	10.268	39.917	-	187.556	81.854	8.242	319.837	335.749
Contenciosos (datas e valores indeterminados)		2.653		-		3.251		520	14.305

* Os saldos contábeis relativos aos créditos das Classes II, III e IV incluem ajustes a valor presente considerando taxas de desconto de 13,65% ao ano para os créditos em moeda nacional e de 5,85% ao ano para moeda estrangeira. A parcela paga em Bônus de Subscrição corresponde a 35% dos créditos da Classe II, 50% dos créditos em moeda nacional das Classes III e IV e 10% dos créditos em moeda estrangeira. Os créditos listados na Classe III, Os Bônus de Subscrição necessários ao adimplimento da obrigação foram emitidos pela Companhia, tendo sido escriturados em favor dos credores ou mantidos em tesouraria por determinação judicial no caso dos credores cujas informações cadastrais encontravam-se incompletas ou irregulares. Os Bônus de Subscrição foram dados em pagamento à razão de 1 (um) Bônus para cada R\$100 (cem reais) de créditos listados. Cada Bônus dá ao detentor o direito, mas não a obrigação, de subscrever uma ação ao preço de R\$0,68 por ação, até a data de 24 de março de 2026, foram emitidos, ao todo, 4.485 Bônus de Subscrição, dos quais 2.123.370 foram registrados em nome dos respectivos credores. 1.482.487 encontram-se em tesouraria como lastro aos Subscription Warrants emitidos nos EUA pela Lupatech Finance e 746.846 estão em tesouraria da Companhia para entrega aos credores que não apresentaram informações cadastrais requeridas para a escrituração ou reservados para fazer face a créditos contingentes. Em decorrência do contexto macroeconômico adverso que se instalou a partir de dezembro de 2024, com elevação relevante das taxas de câmbio e de juros, a Companhia teve sua liquidez prejudicada pela consequente redução da oferta de crédito. Por conseguinte, a Companhia realizou os pagamentos das parcelas de janeiro, abril, julho e outubro de 2025 dos credores das classes II, III e IV da Recuperação Judicial. Há tratativas em curso objetivando o saneamento da questão. As informações relativas à Recuperação Judicial estão disponíveis para consulta no endereço eletrônico www.lupatech.com.br/rj_33.

Conselho de Administração		Diretoria		Controladora	
Carlos Mario Calad Serrano	João Marcos Cavicholi Feltiero	Rafael Gorenstein - Diretor Presidente e de Relações com Investidores	Marco Antônio Miola - Diretor sem designação específica	Vanessa Melo	CRC-RS 0991110/O-2
Rafael Gorenstein	Simone Anhaia Melo	Ricardo Felipe Franca de Luca			

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras
Os diretores da Companhia, atendendo ao disposto no inciso VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
Nova Odessa, 29 de abril de 2026

Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes
Os diretores da Companhia, atendendo ao disposto no inciso VI do artigo 27 da Instrução CVM nº 80, de 29 de março de 2022, conforme alterada, declaram que revisaram, discutiram e concordaram com o relatório dos auditores independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025.
Nova Odessa, 29 de abril de 2026

Comentário sobre o Comportamento das Projeções Empresariais
gás, que podem resultar em demanda significativa para os próximos anos. No atual cenário, o foco dos esforços da companhia encontra-se em obter fontes de liquidez, principalmente pela desmobilização ou operações estruturadas lastreadas nos seus ativos, bem como buscar um equacionamento sustentável. A Companhia não possui dívidas significativas em moeda estrangeira. A avaliação da Companhia é que a aproximação da reestruturação que se iniciou em 2024, a qual já inclui, entre outras medidas, o desinvestimento de um de seus negócios - cabos de ancoragem - a Companhia não mais reputa válidos os objetivos de longo prazo que vinha perseguindo e informando. Projeções, quando divulgadas, são estimativas da Administração da Companhia e refletem a sua opinião tendo em conta fatores que podem afetar o seu desempenho, com as condições gerais da economia, além da dinâmica de seus mercados de atuação e condições políticas, econômicas e sociais. As projeções são elaboradas com base em dados e informações disponíveis em 31 de dezembro de 2025. Qualquer projeção está, portanto, sujeita a riscos, incertezas e alterações, não constituindo promessa de desempenho.

Relatório do Comitê de Auditoria - 27-04-2026
das Demonstrações Financeiras, que prestaram informações sobre os trabalhos de conclusão das demonstrações financeiras do Exercício de 2025, e dos trabalhos de Auditoria já concluídos também. Nesta reunião ordinária ocorrida em 27 de abril de 2026, este Comitê de Auditoria discutiu aspectos contábeis e fiscais relacionados ao encerramento das Demonstrações Financeiras anuais de 2025, correspondente ao período de doze meses, iniciado em 1º de janeiro e concluído em 31 de dezembro de 2025. O Conselho de Administração acolheu a recomendação deste Comitê de Auditoria no sentido de aprovar as Demonstrações Financeiras do Exercício Social encerrado em 31 de dezembro de 2025, ora discutidas e revisadas, por este mesmo Comitê. Auditoria Contábil Independente: Avaliou a independência, especialmente no que se refere à prestação de outros serviços, e o cumprimento dos dispositivos legais e normativos aplicáveis, em bases de 2023. O Conselho de Administração aprovou os trabalhos anuais de auditoria, incluindo o trabalho da auditoria contábil independente, tomou conhecimento do relatório de auditoria sobre as demonstrações financeiras do período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2025. IV - **Temas desenvolvidos durante o Exercício Social findo em 31 de dezembro de 2025:** a. Demonstrações Financeiras/Financeiro/Contabilidade: Realizado acompanhamento dos resultados financeiros da Companhia para os três primeiros trimestres do Exercício - Janeiro a Março/25, Abril a Junho/25, Julho a Setembro/25, e, ademais, para o encerramento anual de 2025, no tocante às Demonstrações Financeiras elaboradas para este período - Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado do ano de 2025, Demonstração dos Resultados Abrangentes, Demonstração do Fluxo de Caixa, Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido, e Demonstração de Valor Adicionado para o período de 12 meses findo em 31 de dezembro de 2025. b. Controles internos e compliance: Acompanhamos e monitoramos as ferramentas utilizadas pela Companhia para avaliação dos riscos, recepção de ativos e supervisão da efetividade das estruturas de compliance no combate à fraude, corrupção e prevenção à lavagem de dinheiro; Análise e conhecimento das políticas corporativas da Companhia; Acompanhamento dos procedimentos relativos à Prevenção e Combate à Lavagem de Dinheiro; Acompanhamento dos procedimentos relativos à Prevenção e Combate à Corrupção e Combate à Lavagem de Dinheiro; Acompanhamento das atividades de prevenção à lavagem de dinheiro; disseminação e as ações relativas à Lei Anticorrupção (Lei 12.846/2013, Decreto 8.420/2015 e Portaria CGU 909), Código de Ética e Conduta e Programa de Conformidade; Avaliação dos riscos relacionados ao ambiente de tecnologia da informação (TI); Avaliação do processo de monitoramento das ações judiciais, depósitos e bloqueios judiciais bem como a adequação das respectivas estimativas das provisões contábeis; demonstrações financeiras de controle interno e controle externo; consideramos esse assunto significativo para a identificação e mitigação do ambiente e TI e os riscos cibernéticos. d. Irregularidades e Denúncias:

Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras Individuais e Consolidadas
para a Companhia e suas controladas que estão sujeitos a um alto grau de incerteza sobre a realização de premissas futuras de negócios, sobre os indicadores de mercado utilizados na determinação de taxas de desconto, bem como incerteza significativa sobre a capacidade de a Companhia e suas controladas continuarem operando, o que pode impactar o valor desses ativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o valor do investimento registrado pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras de controle interno e controle externo. Por essa razão, consideramos esse assunto significativo para os nossos trabalhos de auditoria. Como esse assunto foi conduzido na auditoria: Avaliamos a integridade matemática e das premissas relevantes utilizadas na preparação da projeção dos fluxos de caixa descontados para cada UGC, incluindo também a comparação das previsões com o desempenho passado, a avaliação da existência de um mercado ativo para as UGCs avaliadas e de outras evidências sobre a determinação do valor justo utilizado na determinação do valor justo de ativos a valor de mercado preparados por especialistas, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliar o valor recuperável do Relatório de Auditoria. Os procedimentos de auditoria realizados foram adequados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção ao assunto descrito na seção "Enfases" no item *Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional*, que é considerado um principal assunto de auditoria mais reportado em seção específica como requerido pela norma de auditoria "NBC TA 570 Continuidade Operacional" (equivalente à norma internacional ISA 570). **Outros assuntos:** Demonstrações de valor adicionado: As demonstrações de valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conformes com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras de controle interno e controle externo. **Informações adicionais:** **acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o auditor é responsável e é de seu dever, em relação à Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou, no caso de conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, o auditor não tiver evidências suficientes para concluir que o relatório está de acordo com as demonstrações financeiras, não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como com as normas internacionais de demonstrações financeiras de controle interno e controle externo, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliar o valor recuperável do Relatório de Auditoria. Os procedimentos de auditoria realizados foram adequados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção ao assunto descrito na seção "Enfases" no item *Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional*, que é considerado um principal assunto de auditoria mais reportado em seção específica como requerido pela norma de auditoria "NBC TA 570 Continuidade Operacional" (equivalente à norma internacional ISA 570). **Outros assuntos:** Demonstrações de valor adicionado: As demonstrações de valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conformes com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras de controle interno e controle externo. **Informações adicionais:** **acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o auditor é responsável e é de seu dever, em relação à Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou, no caso de conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, o auditor não tiver evidências suficientes para concluir que o relatório está de acordo com as demonstrações financeiras, não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como com as normas internacionais de demonstrações financeiras de controle interno e controle externo, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliar o valor recuperável do Relatório de Auditoria. Os procedimentos de auditoria realizados foram adequados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção ao assunto descrito na seção "Enfases" no item *Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional*, que é considerado um principal assunto de auditoria mais reportado em seção específica como requerido pela norma de auditoria "NBC TA 570 Continuidade Operacional" (equivalente à norma internacional ISA 570). **Outros assuntos:** Demonstrações de valor adicionado: As demonstrações de valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conformes com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras de controle interno e controle externo. **Informações adicionais:** **acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o auditor é responsável e é de seu dever, em relação à Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou, no caso de conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, o auditor não tiver evidências suficientes para concluir que o relatório está de acordo com as demonstrações financeiras, não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como com as normas internacionais de demonstrações financeiras de controle interno e controle externo, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliar o valor recuperável do Relatório de Auditoria. Os procedimentos de auditoria realizados foram adequados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção ao assunto descrito na seção "Enfases" no item *Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional*, que é considerado um principal assunto de auditoria mais reportado em seção específica como requerido pela norma de auditoria "NBC TA 570 Continuidade Operacional" (equivalente à norma internacional ISA 570). **Outros assuntos:** Demonstrações de valor adicionado: As demonstrações de valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conformes com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras de controle interno e controle externo. **Informações adicionais:** **acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o auditor é responsável e é de seu dever, em relação à Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou, no caso de conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, o auditor não tiver evidências suficientes para concluir que o relatório está de acordo com as demonstrações financeiras, não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como com as normas internacionais de demonstrações financeiras de controle interno e controle externo, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliar o valor recuperável do Relatório de Auditoria. Os procedimentos de auditoria realizados foram adequados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção ao assunto descrito na seção "Enfases" no item *Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional*, que é considerado um principal assunto de auditoria mais reportado em seção específica como requerido pela norma de auditoria "NBC TA 570 Continuidade Operacional" (equivalente à norma internacional ISA 570). **Outros assuntos:** Demonstrações de valor adicionado: As demonstrações de valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conformes com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - "Demonstração do Valor Adicionado". Em nossa opinião, essas demonstrações de valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos no Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras de controle interno e controle externo. **Informações adicionais:** **acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório de Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório de Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o auditor é responsável e é de seu dever, em relação à Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, consistente com as demonstrações financeiras ou, no caso de conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, o auditor não tiver evidências suficientes para concluir que o relatório está de acordo com as demonstrações financeiras, não temos nada a relatar a esse respeito. **Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de demonstrações financeiras individuais e consolidadas, bem como com as normas internacionais de demonstrações financeiras de controle interno e controle externo, quando aplicável, e a avaliação e consistência dessas premissas com os planos de negócio aprovados pelo Conselho de Administração. Com base no resultado dos procedimentos de auditoria acima descritos, consideramos que são razoáveis as premissas e metodologias utilizadas pela Companhia e suas controladas para avaliar o valor recuperável do Relatório de Auditoria. Os procedimentos de auditoria realizados foram adequados, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas como um todo. **Continuidade operacional:** Chamamos a atenção ao assunto descrito na seção "Enfases" no item *Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional*, que é considerado um principal assunto de auditoria mais reportado em seção específica como requerido pela norma de auditoria "NBC TA 570 Continuidade Operacional" (equivalente à norma internacional ISA 570). **Outros assuntos:** Demonstrações de valor adicionado: As demonstrações de valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da administração da Companhia apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conformes com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua